

# As raízes educacionais brasileiras e a ação dos jesuítas

*Wilson Alves de Paiva\**

## *Resumo*

---

Este artigo procura contribuir para a pesquisa e a discussão em torno da tarefa educativa no período colonial brasileiro. Por diversos fatores, a educação no Novo Mundo foi confiada aos clérigos da Companhia de Jesus, que por 210 anos reinaram absolutos no campo pedagógico-educacional. Apesar de outras ordens religiosas atuarem na educação, foram a estrutura, a organização e a sistematização do ensino jesuítico as que prevaleceram e, juntamente com seus costumes e visão de mundo, tornaram-se características marcantes da cultura e da sociedade até os dias de hoje.

*Palavras-chave:* colonização, educação jesuítica, jesuítas, educação brasileira.

---

---

\* Licenciado em Pedagogia, pós-graduado em Psicopedagogia, professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Quando falamos de *educação*, temos em mente o amplo processo de socialização dos seres humanos que as comunidades processam de forma bastante diferenciada, porém quase sempre com o mesmo objetivo: transmitir os conhecimentos adquiridos por seus ancestrais e propiciar integração social.

Numa análise etimológica, os dois termos latinos *educare* e *educere* dão uma idéia de alimentação e cuidado, com sentido de tirar para fora, abstrair de um estado e encaminhar a outro. Tendo, portanto, essa ampla visão do processo educativo, é imprescindível salientar que as populações nativas encontradas por Colombo e, logo em seguida, por Cabral tinham um modo próprio de repassar os saberes da tribo e os comportamentos desejáveis num âmbito de objetivos não muito diferente dos mais modernos sistemas educacionais.

Nessa perspectiva, temos a segurança de dizer que a educação brasileira não nasceu com a chegada dos portugueses; foi o processo educacional existente até então que sofreu uma mudança drástica com o choque das civilizações e com as relações desenvolvidas entre elas a partir de 1500. Antes, a transmissão de conhecimento era um processo informal, nunca em local específico que nos lembre o espaço escolar de hoje, e seu objetivo era a preservação do saber comum. No caso de saberes específicos, como o farmacológico detido pelo pajé, por exemplo, eram transmitidos no contato pessoal, cotidiano e com vistas à manutenção biológica, social e cultural da espécie. Para eles,

natureza, financiamento, gestão e currículo da educação se confundiam com seu próprio acontecer, cuja espontaneidade e controle só se perturbavam quando um povo se chocava ou se aproximava de outro na imensidão das florestas, dos cerrados, dos campos e das

praias deste Brasil chamado pelos tupis de Pindorama. Aí aconteciam os ganhos e perdas de vida e de cultura em movimentos espasmódicos de desenvolvimento e consciência de humanidade, de algo que transcendia e perturbava o pequeno mundo tribal de cada nação (Monlevade, 1990, p. 17).

Entretanto, sendo Portugal um reino que fugia da modernização e que procurava a todo custo preservar os costumes e tradições seculares (medievais), preocupou-se logo com a tarefa de instruir as populações encontradas no Novo Mundo, partindo da premissa de que se tratava de “desalmados”, cuja cultura deveria ser ignorada e seus costumes, prontamente substituídos. Seu objetivo era reproduzir e manter a fé, a moral, a justiça e a estrutura social como concebiam os ibero-europeus. Todavia, como o caixa real privilegiava as festas e as regalias da nobreza, a tarefa foi entregue à iniciativa privada, desobrigando-se de trabalho tão árduo. Assim, a responsabilidade real pela educação dos súditos *d'além-mar* foi totalmente confiada à recém-criada Companhia de Jesus, a qual, por 210 anos, reinou absoluta nos domínios da instrução na *terra brasilis*. A ordem foi fundada por Ignácio de Loyola em Paris, em 1534, subordinada diretamente ao papa, e objetivava, além das ações bélicas contra-reformistas, uma ação educacional missionária. Seu líder e fundador permaneceu em Roma, e o padre Simão Rodrigues ficou à frente da ordem em Portugal.

Imbuídos da tarefa da “ação educativa” da colônia, a qual incluía manter a fé dos colonos e catequizar os “selvagens”, a ordem não perdeu tempo e enviou com Tomé de Souza, em 1549, um grupo de seis religiosos, chefiados pelo padre Manoel da Nóbrega. Sua primeira atividade foi a edificação do Colégio dos Meninos de Jesus, na Bahia de Todos os Santos, que viria a

ser, juntamente com a escola de São Vicente (1553), o marco da educação formal e escolarizada no Brasil.

Em 1553, no governo de Duarte da Costa, chegou o segundo grupo, composto por mais seis jesuítas, dos quais destacamos o jovem irmão José de Anchieta, que mais tarde, ao ser ordenado padre (1566), viria a ser um dos principais da ordem na mobilização catequética dos silvícolas e, talvez, o primeiro professor de ensino secundário no Brasil. Nesse ímpeto, vários colégios foram fundados ao longo dos anos, dentre os quais o de Piratininga, em São Paulo (1554), e o do Morro do Castelo, no Rio de Janeiro (1567). Após 1565, fundaram outros 14 colégios secundários e dezenas de escolas de primeiras letras em todas as capitanias. Todas eram dotadas de uma rica estrutura, que contava com fazendas produtivas e zonas de mineração para seu sustento, uma vez que a ajuda da Coroa minguara e desaparecera por completo. O subsídio governamental, chamado *redzi-ma*, que consistia no repasse dos 10% dos impostos, não durou muito, mas a companhia tornou-se rapidamente uma empresa com navios, milhares de cabeça de gado, ouro, produtos agrícolas e artesanato, cuja renda (que chegou a representar 25% do PIB colonial) financiava o funcionamento e a expansão de sua estrutura, que chegou a contar com mil membros em 1556, ano da morte de Loyola, e oito mil em 1600.

Outro exemplo de prosperidade da ordem foi a criação das Missões no Rio Grande do Sul, onde alguns padres espanhóis fundaram uma série de conventos com o objetivo de catequizar os índios guaranis, dando origem aos Sete Povos: São Francisco de Borja, 1682; São Luiz Gonzaga e São

Miguel Arcanjo, 1678; São Lourenço Mártir, 1690; São João Batista, 1698, e Santo Ângelo, 1706. A relevância das Missões está no fato de ter sido uma experiência única na história ocidental em que a prosperidade, a auto-suficiência e outras características socioculturais de sua organização davam-lhe um caráter autônomo. “Era una sociedad casi independiente del poder colonial, de naturaleza teocrática, gobernada por estos frailes” (Claveria, 1998).

Transcorrido o tempo necessário para a devida instalação, expansão e fortalecimento, a ordem deixou de focar sua atenção apenas na catequização dos silvícolas e ampliou sua clientela para os filhos dos senhores de engenho, filhos de funcionários e manufatureiros. Sua influência atingiu as *casas-grandes*, onde seus sacerdotes sentavam-se com os senhores à mesa e alguns habitavam o mesmo teto quando não havia algum clérigo na família. Citado por Feitosa (1985, p. 111), Fernando Azevedo fala da importância da ordem: “Atraindo os meninos índios às suas casas ou indo-lhes ao encontro nas aldeias; associando na mesma comunidade escolar, filhos de nativos e de reinos – brancos, índios e mestiços –, procurando na educação dos filhos, conquistar e reeducar os pais, os jesuítas não estavam servindo apenas à obra da catequese, mas lançavam as bases da educação popular e, espalhando nas novas gerações a mesma fé, a mesma língua e os mesmos costumes, começavam a forjar, na unidade espiritual, a unidade política de uma nova pátria.”

Tendo em vista que nem em Portugal o povo era alfabetizado, o estudo das letras nas terras *d'além-mar* significava adesão plena à cultura lusitana: baluarte erguido

para perpetuar aqui o que estava se deteriorando no Velho Mundo.

“A sociedade portuguesa tinha uma estrutura rígida, centrada na hierarquia, fundada na religião. O serviço de Deus e o serviço d’El-Rei eram os parâmetros das ações sociais” (Paiva, 1998, p. 45); dessa forma, o casamento entre companhia e Coroa foi perfeito. Tendo como objetivo sagrado a propagação da fé cristã nos moldes católicos, a educação jesuítica impunha aos alunos a “santa obediência”. A aprendizagem dava-se pela repetição e pela memorização do conteúdo repassado pelos mestres. Na vertente da formação humanista, o currículo elaborado e adotado pela Companhia de Jesus para aplicação em todo o mundo era composto de latim, gramática portuguesa, retórica, filosofia e outros componentes da *Ratio Studiorum*, ou plano de estudos. Era um documento que determinava os princípios, fundamentos e o funcionamento de sua escola. No capítulo “Regras do professor de filosofia”, podemos ler a seguinte recomendação: “16. Repetição na aula. – No fim da aula, alguns alunos, cerca de dez, repitam entre si por meia hora o que ouviram e um dos discípulos, da Companhia, se possível, preside à decúria.”

O documento, publicado em 1599 com o nome pomposo de *Ratio Atque Instituto Studiorum Societas Jesu*, trazia um currículo único para todas missões jesuítas no mundo e era composto de *studia inferiora* e *studia superiora*. Durante o primeiro, correspondente, *grosso modo*, à atual educação básica, estudavam a língua latina, as obras literárias greco-romanas, como de Virgílio e Horácio, Platão, Plutarco e Aristóteles; nos estudos superiores, estudavam-se filosofia e teologia.

O método de ensino caracterizava-se por uma austera e autoritária transmissão de conteúdos, pelo treino, obediência e exercício da vigilância, numa cópia da estruturação militar. A aprendizagem dava-se pela memorização constante. O dia começava logo com a revisão da aula anterior e seguia com a apresentação dos novos assuntos, de forma bastante verticalizada, variando apenas quando algumas competições eram promovidas: “No ensino secundário, principalmente, as classes eram estruturadas a partir da competição entre os estudantes pelo melhor desempenho. O desafio, antiga prática pedagógica oriunda da Idade Média, era a maneira pela qual os estudantes se hierarquizavam: os melhores eram os oficiais, os outros particulares. Os oficiais, em grupo ou individualmente, podiam desafiar outros oficiais; o mesmo para os particulares. Se um destes últimos desafiasse um oficial e o batesse, ganhava sua patente e mudava com ele de posição” (Cunha, 1980, p. 26).

O ensino dos colégios era de um formalismo pedagógico tão acentuado que as práticas *intramuros* ignoravam a vida cotidiana de seu entorno: falava-se latim, recitavam-se poesias, liam-se os clássicos, havia esmero na retórica e na espada como cavaleiros medievais. Era um mundo perfeito e suspenso, que contrastava com o mundo *extramuros*: violência e guerras eram os ingredientes da vida no Brasil. O que propunham era o agir de acordo com o plano divino, ou seja, a prática das virtudes e o afastamento do mundo real. E, para se chegar a tal ponto, era preciso evitar os maus costumes e dedicar-se à penitência e à fuga.

Ainda que outras ordens religiosas fundassem inúmeros colégios e escolas de pri-

meiras letras, coube à Companhia de Jesus exercer por mais de dois séculos a primazia da educação colonial. Mas seu penhor não evitou que a crise religiosa que assolava a Europa aportasse no Novo Mundo, soprando contra sua prosperidade. A pressão de muitos soberanos sobre o papa contra a companhia tinha raízes no poder econômico e político acumulado pelos sacerdotes. A exemplo da utilização do tupi-guarani como língua geral na faixa litorânea e central (região que compreendia o Estado do Brasil), na região Norte (estado do Grão-Pará e Maranhão), os membros da ordem criaram e implantaram a língua geral, o *nheengatu* (uma mistura de tupi com português e elementos de outras línguas indígenas) para comunicação com as centenas de tribos espalhadas pela floresta virgem. Tal artifício didático tornou-se um temido meio de controle dos índios pelos missionários.

Ao fato de, por si só, já ter inspirado a desconfiança dos portugueses, somou-se a diferença de opiniões quanto à exploração da terra, ao comércio e à utilização da mão-de-obra. Padres como Antônio Vieira faziam discursos inflamados contra a exploração escravocrata dos portugueses, excitando a ira dos líderes locais e dos bandeirantes, que não se conformavam com a pregação dos educadores em favor da liberdade dos índios. Sem dizer que o lucro das fazendas da companhia concorria com o dos exportadores. Monlevade informa que, em 1750, os religiosos tinham observatórios astronômicos, laboratórios de física, química e biologia e equipamentos para todo seu trabalho, fato que irritava monarcas em todas as cortes.

Acuado pelas pressões políticas e lutando para a subsistência da própria Igreja

frente ao crescente movimento iluminista que tomava conta da Europa, o papa não interveio quando a ordem foi expulsa de alguns países. No Brasil, a expulsão foi feita pelo marquês de Pombal (Sebastião José de Carvalho e Melo), primeiro-ministro do rei de Portugal, dom José I, em 1759, quando todos os bens da companhia foram confiscados em favor da Coroa e as escolas, entregues a sacerdotes de outras ordens religiosas e, posteriormente, a professores leigos, com a implantação das aulas régias.

Desde que chegaram ao Brasil, os jesuítas lançaram-se à tarefa de formar o homem do Novo Mundo, pautado pelos princípios do *orbis christianus*, tarefa espiritual que se transformou em econômica à medida que o financiamento da Coroa à instalação e manutenção de escolas desapareceu. Seu formalismo pedagógico, à semelhança do próprio formalismo da sociedade lusitana, permaneceu inalterado no mundo *intramuros*, não acompanhando certas mudanças operadas no seio colonial. O mercantilismo veio acentuar a ideologia da mercadoria e do enriquecimento. No plano político, os líderes locais, senhores de engenho, comerciantes e exploradores de terras e escravos passaram a reclamar maior espaço no âmbito das decisões, e as relações sociais estavam sendo remodeladas na direção de novos valores, hábitos e costumes. Enquanto isso, “o colégio jesuítico continuava formando letrados” (Paiva, 1998, p. 56).

Talvez fosse impossível evitar a “trombada” de tal organização com o iluminista e humanista marquês de Pombal, que, além do sentimento contrário à Companhia de Jesus, tinha à frente muita riqueza a ser confiscada no sentido de folgar o mingua-do tesouro da Coroa. Entretanto, a ação po-

lítica pombalina desmantelou o sistema de ensino vigente, que, por bem ou por mal, possuía uma estrutura organizada e, mesmo dando escolaridade apenas aos filhos dos *homens bons* (de bens), proporcionava os estudos elementares (primeiras letras), secundários (humanidades) e superiores (teologia, artes e filosofia) na América portuguesa (território composto pelo Estado do Brasil e pelo Estado do Grão-Pará e Maranhão).<sup>1</sup> Mesmo adiantando a Revolução Francesa, a escola pública estatal brasileira nasceu, dessa forma, deficiente de idéias, projetos, organização e recursos financeiros.

A descontinuidade da ação jesuítica proporcionou o que Giddens (1991) chama de “desencaixe” da estrutura social, que, para muitos, foi um “marco no processo de assunção por parte do Estado português, da responsabilidade em relação à educação, definindo uma nova relação deste com o problema da instrução dos índios e, posteriormente, de toda a colônia” (Damasceno, 1998, p. 18). Nessa perspectiva, o reino português, de fato, antecedeu a França na criação da escola estatal, editando o Diretório de 1757, que iniciou o desmantelamento do “paraíso jesuítico” na Amazônia e em todo o Brasil. Sob a intervenção do governo de Mendonça Furtado (irmão de Pombal) no Estado do Grão-Pará e Maranhão, o documento suprimiu o poder temporal dos jesuítas, implantou a *Língua do Príncipe* (como era chamada a língua portuguesa) no ensino e propôs a criação das *escolas de ler e escrever*. No parágrafo sétimo, o governador determinava: “E como esta determinação he a base fundamental da Civilidade, que se pretende, haverá em todas as Povoações duas Escólas

publicas, huma para os Meninos, na qual se lhes ensine a Doutrina Christã, a ler, escrever, e contar na forma, que se pratica em todas as Escólas das Nações civilizadas; e outra para as Meninas, na qual além de serem instruídas nas Doutrina Christã, se lhes ensinará a ler, escrever, fiar, fazer renda, custura, e todos os mais ministérios propios daquelle sexo.”

Restringindo-se à ação política, os documentos de 1757 e 1759 proporcionaram a retirada dos jesuítas, mas não a substituição adequada de seu sistema e organização. Não se criou, com esse “desencaixe”, um *sistema perito*<sup>2</sup> capaz de substituir toda a estrutura e funcionalidade da ordem. Prado Jr. dá uma idéia desse período afirmando: “Não se pode considerar sistema de ensino as magras cadeiras de primeiras letras, latim e grego, que havia nalguns dos maiores centros da colônia. Criadas aliás só depois de 1776, e que funcionavam ao deus-dará, com professores mal pagos, alunos indisciplinados e aulas desorganizadas. O nível cultural da colônia era da mais baixa e crassa ignorância” (1994, p. 90-91).

Dessa forma, fazendo um balanço dos duzentos e dez anos de domínio no campo político-cultural, na penetração do território e na organização econômica, a Companhia de Jesus deixou uma marca indelével na mentalidade do povo brasileiro e, mesmo após sua expulsão em 1759, o Brasil continuava *jesuíta* não só em termos educacionais como na própria estrutura da sociedade. Os religiosos de outras ordens que assumiram a tarefa educacional não tinham muitos referenciais além da prática dos jesuítas. A maior parte dos leigos docentes foi formada em seus moldes e não teve positivismo, escolanovismo, construtivismo ou

outro “ismo” que mudasse sistematicamente esse quadro. No primeiro compêndio de história da instrução no Brasil, editado em 1889, José Ricardo Pires de Almeida comentou: “É incontestável que os jesuítas foram os primeiros educadores da juventude brasileira e foram também os pioneiros da civilização do país, onde lançaram os fundamentos de nosso edifício social, as bases segundo as quais formou-se nosso espírito público” (1989, p. 25).

O legado dos jesuítas, entretanto, vai muito além de serem os inocentes primeiros educadores civilizadores e formadores do *espírito público*. Numa época em que a maioria da população desconhecia a leitura, a escrita e as normas cultas da língua de Camões, os padres detinham o conhecimento e lograram o êxito da conquista também do poder. Na formação das elites coloniais, acabaram reproduzindo uma sociedade perversa onde os que detêm o saber dominam e o negam aos que não o possuem; infundiram nas classes populares a religião da subserviência e da “santa obediência”, eliminando-lhes a individualidade e, por conseguinte, o direito de participação e decisão não só nos assuntos seculares como nos políticos e sociais da colônia. A “disciplina”, na análise Michel Foucault, foi o instrumento de controle, vigilância e punição por excelência na conquista do poder e na manutenção de suas idéias. Segundo o autor, nos “espaços abertos” do mercado e noutros locais públicos as liberdades abriam caminho, ao passo que os “espaços fechados”, como a escola, criavam normas, regras e controles disciplinares bem ao estilo das instituições carcerárias.

Tal fato imprimiu na sociedade brasileira um comportamento heterônomo, passi-

vo e letárgico, que facilitou a ascensão de “coronéis” e de regimes autoritários, sufocando diversas tentativas populares ao longo da história. O vínculo Igreja/poder nunca foi desatado, numa dimensão do imaginário popular que toda articulação social deve, necessariamente, ter a “benção” do pároco local. Mesmo os “ilustrados” que povoam as salas de aula deste país insistem em distribuir imagens religiosas pelas paredes e não concebem uma formatura sem a “sagrada missa” ou, em alguns casos, o “culto ecumênico”. Sem falar de inúmeras rezas e orações impostas aos alunos com o pretexto de promover a “formação cristã”.

Na dimensão política, o vínculo perpetuou-se pelo Império e República de tal forma que os interesses educacionais religiosos (leia-se católicos) sempre foram amplamente defendidos ao longo das Cartas constitucionais, leis orgânicas e LDB. Por décadas e séculos, não só os processos educacionais como todo o *edifício social* pautaram-se por uma estruturação social rígida, excludente e meritocrática, permanecendo em muitos de seus aspectos até os dias de hoje. Conquistas no campo educacional que objetivam a universalização do ensino, a gestão democrática, a participação popular e a inclusão socioeconômica e étnica são ainda lutas da atualidade.

Em termos pedagógicos, a escola brasileira reproduz sistematicamente as práticas dos jesuítas. Em muitos casos o ensino continua verbalista, livresco, memorístico e retórico, sem conexão com o mundo real, extramuros. A “santa obediência” continua preferível a uma educação dinâmica, envolvente, construtiva e contextualizada. A repetição é mais praticada que a desco-

berta e a construção do conhecimento. A palmatória, por exemplo, redimensiona-se em diversas formas e continua reprimindo o poder criador, a iniciativa e a inteligência do educando. Aliás, ao entrar nas salas das milhares de escolas (e muitas vezes de faculdades!) do território brasileiro, os educandos são recebidos como “desalmados” em quem devemos introduzir o espírito científico, desconsiderando toda sua cultura original, comunitária e pessoal. Muitas velhas práticas redimensionam-se em novas e continuam exercendo controle ideológico, exclusão, punição e negação de tudo que o termo “educação” possa evocar.

Portanto, superar a “educação bancária” resultante de todo esse processo e “reinventar a educação” (expressões caras a Paulo Freire) são os desafios colocados à sociedade brasileira, o que começa com a reinvenção do próprio conceito, cuja dimensão venha a ser não a simples transmissão, mas a socialização do saber comum numa perspectiva de pesquisa, de descoberta, deslumbramento e construção humana. Dessa forma, a educação poderá ser o que Brandão (1987) chama de “processo de endoculturação”, cujo *modus operandi* se aproxime das práticas educacionais dos povos indígenas aqui encontrados: natural, informal, espontâneo, contextualizado, prático e social.

É plausível que alguns passos nesse sentido já foram dados, apesar de morosos e tímidos. Mas, “se o processo revolucionário a que vamos assistindo [...] tem um significado claro, será este o da dissolução lenta, posto que irrevogável, das sobrevivências arcaicas, que nosso estatuto de país independente até hoje não conseguiu extirpar. Em palavras mais precisas, somente através de um processo semelhan-

te teremos finalmente revogada a velha ordem colonial e patriarcal, com todas as consequências morais, sociais e políticas que ela acarretou e continua a acarretar” (Holanda, 1995, p. 180).

## Referências

- ALMEIDA, J. R. P. *História da instrução pública no Brasil (1500-1889)*. História e legislação. Trad. de Antônio Chizzotti. São Paulo: Educ; Brasília: Inep/MEC, 1989.
- BRANDÃO, C. R. *O que é educação*. 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Coleção Primeiros Passos).
- CUNHA, L. A. *A universidade temporã*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- CLAVERIA, A. V. Algunos hitos de la filosofía colonial chilena y brasileña: un análisis comparativo de su trayectoria entre los siglos XVI al XIX. *Cuadernos de Filosofía*, Chile: Facultad de Humanidades y Artes, Universidad de Concepción, v. 16, p. 313-330, 1998.
- DAMASCENO, A. *Origens da educação estatal na América portuguesa*. Tese (Doutorado) - PUC, São Paulo, 1998.
- ENGUITA, M. F. *A face oculta da escola*. Educação e trabalho no capitalismo. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- FEITOSA, A. Raízes da educação no Brasil. *Educação em Debate*, Fortaleza, n. 10, jul./dez. 1985.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. História da violência nas prisões. Trad. Raquel Ramallete. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GADOTTI, M. *História das idéias pedagógicas*. São Paulo: Ática, 2002. (Série Educação).
- GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

HANSEN, J. A. *Ratio studiorum* e política católica Ibérica no século XVII. In: VIDAL, D. G.; HILSDORF, M. L. S. *Brasil 500 anos, tópicos em história da educação*. São Paulo: Edusp, 2001.

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MONLEVADE, J. *Educação pública no Brasil: contos e descontos*. São Paulo: Cortez, 1990.

MONROE, P. *História da educação*. Trad. Idel Becker. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. (Atualidades Pedagógicas, 34).

PAIVA, J. M. Educação jesuítica no Brasil colonial. In: *500 Anos de Educação no Brasil*. São Paulo: Autêntica, 2000.

PRADO JR. C. *História econômica do Brasil*. 42. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

## Notas

<sup>1</sup> Criado em 1621, o Estado do Maranhão, depois Maranhão e Grão-Pará e, posteriormente, Grão-Pará e Maranhão, englobava uma área em que hoje ficam os estados de Ceará, Maranhão, Pará, Amapá e Amazonas e constituía-se em unidade administrativa autônoma e separada do Estado do Brasil, assim permanecendo até 1772.

<sup>2</sup> Giddens chama de "sistema perito" um sistema de excelência técnica ou competência profissional que seja capaz de organizar e reestruturar os ambientes materiais e sociais em suas relações.